

Intelectuais do Conselho Consultivo do Sphan e do IHGB: posição, produção e formação de redes (1938-1966)

Jamile Silva Neto*

Recebido em: 02/08/2021

Aprovado em: 24/09/2021

Resumo

O artigo busca analisar a posição e a produção dos intelectuais que compuseram, ao mesmo tempo, o Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) entre os anos de 1938 e 1966, momento em que o órgão de preservação seria marcado pela direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Para isso, foram selecionados para análise os pareceres dos processos de tombamento relatados pelos membros do Conselho do Consultivo do Sphan e os artigos redigidos para *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* pelos intelectuais estudados. A partir das posições ocupadas e da produção no Conselho Consultivo do Sphan e no IHGB, foi-lhes dada a possibilidade de inserção e da construção de redes que lhes proporcionaram produzir, defender e difundir suas visões de patrimônio e concepções de história.

Palavras-chave

Patrimônio cultural; Historiografia; Intelectuais; Conselho Consultivo do Sphan; IHGB.

Abstract

The article seeks to analyze the position and production of intellectuals who composed, at the same time, the Advisory Board of Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) and the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) between 1938 and 1966, when the preservation institution was being run by Rodrigo Melo Franco de Andrade. For this, the opinions of the registration processes reported by the members of the advisory board of Sphan and the articles written for *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* by the studied intellectuals were selected for analysis. From the positions they occupied and the production in the advisory council of Sphan and in the IHGB, they were given the possibility of insertion and the construction of networks that allowed them to produce, defend and disseminate their perspectives on heritage and conceptions of history.

Keywords

Cultural heritage; Historiography; Intellectuals; Conselho Consultivo do Sphan; IHGB.

* Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). Mestra pela mesma instituição, tendo defendido dissertação intitulada *Nem tão moderno assim: intelectuais do Conselho Consultivo do Sphan e do IHGB construindo o patrimônio e narrando a história (1938-1966)*. Contando com algumas modificações, este artigo faz parte da minha dissertação de mestrado. E-mail: jamile.sneto@gmail.com.

Os elos entre Sphan e IHGB

Um século separa a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em relação ao início dos trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Apesar das distâncias e aproximações entre o IHGB e o Sphan, no que diz respeito à fundação, à composição e aos objetivos, ambas as instituições podem ser pensadas como produtoras de discursos que se queriam hegemônicos sobre o passado, a memória e a história. Os intelectuais, neste sentido, desempenharam papel central na produção dos discursos dentro de tais instituições.

Com o intuito de explicitar os elos de conexão destas instituições, os intelectuais selecionados para análise foram aqueles que integraram o Conselho Consultivo do Sphan de 1938 a 1966, e que, concomitantemente, pertenceram ao IHGB. Tal recorte diz respeito ao período em que o primeiro diretor do órgão de preservação, Rodrigo Melo Franco de Andrade, presidiu as reuniões do Conselho Consultivo.¹ O período da gestão do Sphan por Rodrigo Melo Franco de Andrade mostra-se como momento crucial para a estruturação do órgão, em que a consolidação das práticas de preservação e a construção das concepções de quais bens seriam considerados patrimônio nacional e perdurariam por muitas décadas como norteadoras do órgão. Portanto, por meio das produções e posições de Afonso Arinos de Melo Franco, Alcindo Sodrê, Américo Jacobina Lacombe, Edgard Roquette-Pinto, Francisco Marques dos Santos, Gilberto Ferrez, Gustavo Barroso, Josué Montello, Paulo Santos, Pedro Calmon e Rodrigo Melo Franco de Andrade, busca-se analisar o papel destes intelectuais que integraram, concomitantemente, ambas as instituições.

O IHGB foi criado em 1838 partindo da iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain). Apesar de ter sido criado pela Sain, o IHGB ligou-se, desde o momento de sua constituição, ao imperador D. Pedro II, que custeava relevante parcela do orçamento da instituição. O instituto teve como objetivo norteador a escrita da história nacional, buscando relatar os eventos considerados “cruciais” para a constituição do Brasil como nação.

No século seguinte, nasceria o Sphan, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Junto com o órgão de preservação, seria criado o seu conselho consultivo, composto pelo diretor do Sphan, pelos diretores dos museus nacionais e por mais dez membros nomeados pelo Presidente da República.² A criação do Sphan teve como principais objetivos identificar, preservar e conservar os bens considerados como patrimônio histórico e artístico nacional.

O pertencimento ao órgão de preservação e ao IHGB deu-se a partir da notoriedade e do comprovado saber que possuíam seus integrantes. O conselho do Sphan, além de ser

constituído por diretores de museus e personalidades indicadas pelo presidente da República, teve na sessão inaugural, realizada em 10 de maio de 1938, sua legitimidade chancelada por Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde (MES). Nela, o ministro afirma que havia sido criado, junto ao órgão de preservação, o seu conselho consultivo composto por especialistas de “notável competência e comprovado espírito público”.³

Nos estatutos do Instituto Histórico, os sócios eram dispostos hierarquicamente e, para serem admitidos, deveriam seguir alguns requisitos de acordo com suas categorias. Independentemente de serem sócio correspondente, efetivo, honorário, benemérito ou grande benemérito, todos, para integrarem o IHGB, deveriam comprovar, por meio de trabalho autoral, seus conhecimentos em História, Geografia, Etnografia ou Arqueologia. Os degraus da pirâmide eram subidos de acordo com a notoriedade dos sócios dentro do instituto. Além de terem que ser versados em uma ou mais áreas de saber de interesse do órgão, os sócios poderiam ser reconhecidos pela “alta representação social”, pelos “serviços notáveis prestados ao instituto” ou por terem prestado, no mínimo, vinte anos em cargos da diretoria ou das comissões permanentes.⁴

Os pertencimentos institucionais propiciavam, quando não eram a causa, aproximações e construção de laços de amizade. Conforme Pierre Bourdieu, os agentes ocupam *posições sociais* nos *espaços sociais*, tais posições estão relacionadas às “(...) *disposições* (ou o *habitus*) e as *tomadas de posição*, as ‘escolhas’ que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática (...)”.⁵ Os encontros dos mesmos agentes em espaços sociais específicos delinearão as redes formadas em torno dos intelectuais pesquisados. Tais redes ratificavam e/ou conferiam, por meio de indicações, os lugares de prestígio ocupados pelos intelectuais pesquisados. As relações desses intelectuais derivam das trajetórias de vida de cada um que, em algum ponto, se encontraram. As famílias em que nasceram, os cursos superiores, o lugar — todos residiam no Rio de Janeiro ou muito próximo —, os gostos construídos, são variáveis que, juntas, fizeram com que estes intelectuais se encontrassem e pudessem dividir — e às vezes divergir — histórias de vida, saberes e laços de amizade ao longo do tempo. Tanto o Instituto Histórico quanto o órgão de preservação foram lugares de encontro destes intelectuais, onde, a partir de suas posições, puderam produzir e defender suas visões — e de grupos nos quais estavam inseridos — de patrimônio e de história.

Intelectuais no Conselho Consultivo do Sphan

O Conselho Consultivo do Sphan era composto por historiadores, antropólogos, arqueólogos, advogados, escritores, artistas, dentre outros. Estas variadas formações

conferiam ao conselho maior heterogeneidade quando comparado aos quadros técnicos do órgão de preservação, compostos, em sua maioria, por arquitetos que tiveram papel de destaque nas decisões da instituição até, pelo menos, a década de 1970.⁶

As diferenças de formação entre os membros dos quadros técnicos e do conselho podem ser notadas nos intelectuais estudados, tendo representado um terço dos membros que o compuseram entre 1938 e 1966.⁷ Dentre seus integrantes e sócios do IHGB, apenas Paulo Santos era arquiteto. Edgard Roquette-Pinto dedicava-se à Antropologia; Josué Montello era escritor, redigindo romances e crônicas; Francisco Marques dos Santos e Gilberto Ferrez eram conhecidos colecionadores que se dedicavam, sobretudo, à História da Arte. Afonso Arinos, Alcindo Sodrê, Américo Jacobina Lacombe, Gustavo Barroso, Pedro Calmon e Rodrigo Melo Franco de Andrade dedicavam-se à História, apesar de todos terem formação em Direito. Portanto, a maior parte dos intelectuais pesquisados tinha a História como ocupação e interesse predominante. A maioria destes intelectuais permaneceria no conselho e no Instituto Histórico por longos anos, quando não durante toda a vida. Foram intelectuais renomados nas suas áreas de atuação, tendo alguns se destacado na história da preservação no Brasil e outros na escrita da história do Brasil.

Dos onze conselheiros, quatro ocupavam cadeiras do conselho por serem diretores de museu. Eram eles: Alcindo Sodrê, diretor do Museu Imperial; Américo Jacobina Lacombe, diretor da Casa de Rui Barbosa; Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional (MHN); e Josué Montello, que substituiu Gustavo Barroso na direção daquela instituição. Comparados aos demais intelectuais pesquisados, os diretores de museus foram aqueles que por menos tempo integraram o conselho consultivo, com exceção de Américo Jacobina, uma vez que dirigiu a Casa de Rui Barbosa de 1939 a 1992.⁸ Alcindo Sodrê ingressou no conselho de 1940 a 1952, ano em que faleceu; Gustavo Barroso o compôs entre 1938 e 1959, ano de seu falecimento; e, Josué Montello pertenceu ao conselho de 1960 a 1967, ano em que deixa de dirigir o MHN.

Dentre os onze intelectuais pesquisados, seis foram indicados pelo presidente da República. Tais conselheiros permaneceram por longos anos no referido conselho, ultrapassando o recorte deste artigo, com exceção apenas de Edgard Roquette-Pinto. Afonso Arinos ingressou no conselho em 1938, tendo desocupado o assento em 1987, três anos antes de sua morte; Edgard Roquette-Pinto pertenceu no cargo desde sua sessão inaugural, em 1938, até 1954, ano em que faleceu; Francisco Marques dos Santos integrou o conselho entre 1938 e 1975, ano em que morreu na cidade de Petrópolis; Gilberto Ferrez ingressou no conselho em 1958 e deixou seu assento em 1997, três anos antes de seu falecimento na sua

cidade natal; Paulo Santos pertenceu ao conselho de 1955 a 1980; e Pedro Calmon passa a integrá-lo em 1946 e deixa vago seu assento em 1985, ano de sua morte. Pode-se notar que, apesar de não garantir assento vitalício aos seus membros, dedicar-se ao Conselho Consultivo do Sphan foi tarefa desempenhada por quase toda a vida pela maior parte dos conselheiros estudados.

Produção dos conselheiros do Sphan: os pareceres dos processos de tombamento

Nos processos de tombamento, debatidos nas sessões do conselho, encontram-se os pareceres dos conselheiros, que buscavam elaborar narrativas que justificassem respostas afirmativas ou negativas quanto aos pedidos de tombamento voluntário, cancelamento ou impugnação dos bens.⁹ Os processos de tombamento relatados pelos intelectuais estudados serão enfocados neste artigo, uma vez que atendem ao objetivo de analisar a produção intelectual dos conselheiros dentro do Sphan, tendo em vista que, ao emitirem seus votos sobre os processos de tombamento em questão, tais intelectuais estavam defendendo suas visões e significados para o patrimônio brasileiro que não podiam prescindir de concepções de história. Desses processos de tombamento, serão privilegiados na análise exemplos daqueles que não seguiram os pareceres dos técnicos e do diretor do Sphan.

Entre os processos de tombamento analisados de 1938 a 1966, a maior parte seguiu os estudos e pareceres das seções técnicas do órgão de patrimônio. Os processos de tombamento, antes de chegarem ao conselho, contavam com pareceres de vários agentes envolvidos com a preservação do patrimônio brasileiro. Apesar dos pareceres dos representantes dos distritos e dos técnicos poderem ter peso nas decisões dos conselheiros, nada os impedia de divergirem dos aconselhamentos e das justificativas encontradas nestes pareceres. Uma vez que eram considerados intelectuais detentores de “notório saber”, especialistas em suas áreas de atuação, os conselheiros poderiam não seguir as indicações dos técnicos e do diretor do Sphan. Ao fim e ao cabo, os conselheiros poderiam, se quisessem, discordar frequentemente dos estudos anteriores, uma vez que possuíam autonomia para decidirem quais bens seriam constitutivos do patrimônio nacional. Todavia, cabe indagar se, apesar de terem o direito de não aceitarem as recomendações anteriores, era conveniente discordar dos estudos técnicos e se realmente possuíam suficiente autonomia com relação aos pareceres produzidos pelos agentes e diretor do órgão de preservação. Além disso, em que medida tais estudos não iam ao encontro das concepções de patrimônio, em última análise de história, defendidas pelos conselheiros.

Dentre os processos de tombamento que não seguiram fielmente as indicações das seções técnicas, esteve o caso da Igreja da Matriz de São Sebastião, localizada em Bagé, no Rio Grande do Sul. Tombamento voluntário, por iniciativa do monsenhor Costabile Hipólito, a Igreja Matriz havia tido suas obras concluídas e sido inaugurada em 1863, conforme consta no processo de tombamento.

Sobre a Igreja Matriz de São Sebastião, Lucio Costa diz que “em face da documentação agora recebida, verifica-se que a edificação apresenta, apenas, interesse local”.¹⁰ Carlos Drummond pondera que:

O caráter histórico da igreja matriz de S. Sebastião, em Bagé, alegado pelo respectivo vigário, resulta de haver esse templo, em 1893, servido de reduto para as tropas legalistas sob o comando do então coronel Carlos Teles, que suportaram durante quarenta dias o cerco infligido pelos maragatos, senhores de toda a cidade. Com a chegada de tropas de socorro, terminou o assédio.

A esse fato há a acrescentar a circunstância de que repousam na referida igreja as cinzas do próprio general Carlos Teles e as de Gaspar da Silveira Martins, bem como está guardada em seu interior a faixa comemorativa da paz de Ponche Verde.

Por tudo isso, a matriz oferece, sem dúvida, interesse histórico, embora, a meu ver, não de tal relevância que justifique a sua inscrição entre os monumentos históricos do país.¹¹

No parecer de Américo Jacobina Lacombe, relator do processo de tombamento, sugere-se que para saber se a igreja contava com importância nacional ou local, deveria-se consultar se os “(...) historiadores nacionais, e não só os locais, se referem aos acontecimentos aludidos (...)”,¹² concluindo que importantes historiadores teriam considerado os acontecimentos ligados à Igreja Matriz de Bagé como decisivos para a Revolução Federalista. Em seguida, cita passagens de livros dos historiadores Rafael Galanti, Rocha Pombo e José Maria Belo que remetem ao evento envolvendo a Igreja Matriz de São Sebastião.¹³ Américo Jacobina conclui seu parecer defendendo o tombamento da igreja por “motivos históricos”. No dia 10 de fevereiro de 1953, na 17ª sessão ordinária do conselho, foi deliberado, por unanimidade, inscrever a Igreja Matriz de São Sebastião no Livro do Tombo Histórico.

Na historiografia sobre as políticas públicas de preservação no Brasil, destaca-se, nas primeiras décadas de atuação do órgão, o papel ocupado pela preservação dos bens relacionados ao período colonial e representativos da arquitetura moderna.¹⁴ Apesar disso, observa-se que houve uma preocupação dentro do Sphan com a preservação do legado material do império brasileiro, tendo alguns dos intelectuais estudados sido frequentemente solicitados para relatar processos de tombamento relativos ao período imperial, como foi o caso de Américo Jacobina e Francisco Marques dos Santos.

Um desses processos de tombamento relatados por Francisco Marques dos Santos foi referente ao bastão ou bengala oferecida à imagem do padroeiro da Igreja do Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro. O conservador Alfredo Rusins defende que o objeto, por não ter sido ligado a nenhum personagem “importante da história”, não pode ser inscrito no Livro do Tombo Histórico e, além disso, não via valor artístico na peça.¹⁵ Francisco Marques dos Santos, após realizar descrição e análise do objeto em questão, emite o parecer de que a peça deveria ter pertencido a algum conselheiro imperial ou coronel da Guarda Nacional. Além disso, a inclusão do objeto no Livro do Tombo satisfaria a requerente do pedido: “Dona Ângela uma senhora piedosa”. Assim, ao final, Francisco Marques dos Santos assinala que “eis a forma de prestigiar a piedade de D. Ângela e de conservar a segunda bengala. Tudo se poderá conciliar, sendo uma para grande gala e outra para pequena gala, sóbrio critério a ser usado, com benefício da religião e do Estado”.¹⁶

Em sessão ordinária realizada em 23 de outubro de 1962, o Conselho Consultivo do Sphan decidiu, por maioria de votos, que não se justificava o tombamento individual do objeto em questão.

Os membros do conselho foram escolhidos segundo o critério de especialização, ocupando, todos eles, lugares sócio-profissionais de destaque em instituições públicas renomadas — como a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o IHGB — ou em estabelecimentos de ensino e pesquisa. Os intelectuais pesquisados ocupavam ao menos dois (Sphan e IHGB), e, na maioria das vezes, mais de dois desses espaços que lhes conferia prestígio social. Situação que não diferia daquela vivida por Francisco Marques dos Santos, cujas ocupações foram variadas, dentre elas a de professor da Universidade de São Paulo (USP) e diretor do Museu Imperial. Apesar de ter sido, entre os intelectuais do conselho, aquele que mais escreveu artigos para a *Revista do Patrimônio* — note-se que suas publicações concentraram-se nos três primeiros números da *Revista* — e um dos mais assíduos a suas reuniões, as visões sobre arte e arquitetura do historiador da arte Francisco Marques dos Santos parecem não possuir tanta relevância quando comparadas às concepções de outros conselheiros mais solicitados para relatar processos de tombamento.

O arquiteto Paulo Santos também frequenta com assiduidade as reuniões do conselho e cabe destacar que foi o conselheiro que relatou o maior número de processos de tombamento no período estudado.¹⁷ A maior parte dos processos de tombamento relatados por Paulo Santos estava ligada a bens de natureza colonial, apesar de também ter relatado processos referentes a construções modernistas e ao período imperial. Não foi por acaso que o único arquiteto do Conselho Consultivo do Sphan, cujas concepções de arte ligavam-se ao

movimento modernista, tenha tido participação destacada em relação aos outros conselheiros. No entanto, o fato de Paulo Santos compartilhar dos valores da arte moderna, também partilhados pelos técnicos do órgão, não fez com que concordasse com todas as escolhas e as justificativas das seções técnicas do Sphan.

Exemplo de caso em que Paulo Santos posiciona-se contrário ao parecer de membros das seções técnicas do órgão foi quanto ao pedido de tombamento no caso do edifício sede da Escola Nacional de Engenharia, no Rio de Janeiro. Tal processo foi relatado por Paulo Santos e debatido na reunião do dia 10 de agosto de 1961. O pedido de tombamento foi formulado pelo Conselho Universitário da Universidade do Brasil e encaminhado ao conselho pelo reitor da Universidade, à época o então conselheiro Pedro Calmon. Na justificativa do conselho universitário quanto ao valor do bem proposto para tombamento, enfatizava-se a importância do edifício para a preservação da fisionomia pretérita do Largo São Francisco de Paula, e também se descreviam as formas e interesses do modelo de construção neocolonial do edifício.

Lucio Costa foi contra o tombamento justificando que

(...) a realidade desaconselha a medida pleiteada. E isto não só devido ao caráter arbitrário e bisonho predominante nas várias etapas de construção e sucessivas adaptações que constituem o todo edificado (...). Além disto, seria talvez mal servir a memória dos vultos eminentes que dali saíram, ou por lá passaram, associá-la — para sempre — a tão claro testemunho de falta de formação profissional adequada no que se refere ao setor de edificações, quando se revelaram grandes em todos os demais setores da sua complexa formação.¹⁸

O chefe da Seção de História, Carlos Drummond de Andrade, apesar de considerar o edifício “desfigurado” e afirmar que “nenhum fato notável da história do Brasil ilustrou, efetivamente, aquele prédio escolar”, colocou-se favorável à “proteção oficial”, pois, localizado ao lado da Igreja São Francisco de Paula, o edifício “ainda lembra[va] um pouco da fisionomia do velho Rio de Janeiro”.¹⁹ No parecer do Sphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade mostra-se favorável à ponderação de Carlos Drummond quanto à preservação do entorno da igreja de São Francisco de Paula. Todavia, não emite parecer explicitamente favorável, encaminhando o processo ao conselho consultivo.

O relator Paulo Santos, após citar o parecer de Rodrigo Melo Franco de Andrade, afirma que:

Não existe nenhum motivo relevante e insuscetível de contestação para desatender à solicitação do colendo Conselho Universitário da Universidade do Brasil. E se o edifício se acha quase totalmente desfigurado e abastardo pelas sucessivas adaptações a que foi submetido, o que é inegável, não se dirá o mesmo do pórtico, ressaltado pelo arquiteto Lucio Costa, e também do vestíbulo, que conservam um e outro a nobreza própria à melhor arquitetura neoclássica do período.²⁰

Assim, no parecer de Paulo Santos, propunha-se inscrever no “Livro do Tombo Histórico e Artístico”²¹ a massa do edifício, o pórtico e o vestíbulo. Todavia, o conselho delibera, por unanimidade, que a totalidade do edifício seja inscrita no Livro do Tombo das Belas Artes. Ao prestar esclarecimento sobre o mal-entendido entre a deliberação do Conselho e seu parecer, Paulo Santos diz que seu voto era com relação “a massa do edifício, o pórtico e o vestíbulo. E não o edifício como um todo”, e indicava também que o edifício deveria ser inscrito no Livro do Tombo Histórico.²² Portanto, importava preservar a fachada do edifício, uma vez que, conforme Paulo Santos, na parte posterior “o sacrifício do prédio já foi total”. Desse modo, percebe-se que, apesar de Paulo Santos não compartilhar da opinião de Lucio Costa concernente à depreciação da arquitetura do prédio, concorda no quesito que concebe a construção como descaracterizada. Na verdade, foi enfatizado, mais de uma vez, que o principal objetivo do tombamento residiria em preservar a ambiência das construções que ficavam ao redor da Igreja de São Francisco de Paula — a qual se liga ao modelo de arquitetura colonial —, e para evitar a construção de “edifício de maior altura”, como os arranha-céus que haviam sido edificadas em frente à igreja.²³ Ou seja, a despeito de ter ido contra o parecer do arquiteto Lucio Costa, Paulo Santos compartilhava de importantes premissas construídas, defendidas e difundidas no *modus operandi* do órgão de preservação, dentre elas, a ideia de preservar a harmonia do conjunto tombado, frequentemente ligado ao período colonial.

A maioria dos processos de tombamento relatados por Paulo Santos foi aceita por unanimidade pelo conselho. Todavia, caso curioso pode ser notado no processo de tombamento relativo à Igreja do antigo Engenho de Mataripe, localizado no estado da Bahia. A proposição havia partido do conselheiro Pedro Calmon, em 1950. Onze anos depois, na sessão ordinária de 29 de dezembro de 1961, Calmon sugere ao conselho que se congratulasse a presidência da Petrobrás por ter iniciado a restauração da capela do Engenho Mataripe, e recomendou que o órgão de preservação iniciasse os estudos para proceder à inscrição do bem nos Livros do Tombo.²⁴ Cabe ressaltar que Pedro Calmon era um dos herdeiros do Engenho Mataripe.

O parecer de Paulo Santos, apesar de considerar a sugestão do conselheiro Pedro Calmon “legítima, face à história do engenho”, ressalta que os técnicos da Petrobrás executaram as obras de restauro sem seguir as indicações do Sphan. Por isso, acabaram por “destruir o pouco que no monumento ainda havia de apreciável”, estando a igreja “desfigurada”, sendo assim, Paulo Santos desaconselha o tombamento.²⁵

Na 43ª reunião do conselho consultivo, realizada em 25 de junho de 1964, Paulo Santos proferiu seu voto negativo quanto ao tombamento da igreja. No entanto, “após prolongados debates” e “atendendo às razões aduzidas pelo conselheiro Pedro Calmon”, concorda-se com a inscrição da igreja nos Livros do Tombo, desde que a Petrobrás reparasse, sob orientação do órgão de preservação, a “desfiguração operada no templo”.²⁶ Ainda em 1984, o processo de tombamento não havia prosseguido com a inscrição da Igreja nos Livros do Tombo.²⁷

Pedro Calmon foi um dos intelectuais estudados que teve posição destacada no conselho. Apesar da participação nas discussões e proposições no Conselho, Calmon frequentemente seguia as indicações das seções técnicas do Sphan nos pareceres emitidos para os processos de tombamento relatados. Esse foi o caso do pedido de impugnação do processo nº 0361-T-1946, relativo ao sobrado situado à Praça Marechal Deodoro, em São João del Rei (MG). A princípio, tal processo seria relatado por Manuel Bandeira, porém, ele teria sugerido que se escolhesse conselheiro “mais habilitado”.²⁸

Pedro Calmon, em seu parecer, fez referência aos estudos dos técnicos do órgão, considerando-os “especialistas no assunto”, que teriam afirmado que o imóvel contava com “excepcional valor artístico”. Alega, ainda, que era “competência exclusiva e soberana da DPHAN [Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] dizer do valor histórico ou artístico dos bens existentes no território nacional”. Sendo assim, o pedido de impugnação foi negado por Pedro Calmon e seu voto foi seguido pelos demais conselheiros.²⁹

Conforme foi observado por Maria Cecília Londres Fonseca e Sônia Rabello,³⁰ as deliberações do conselho estavam mais baseadas nos estudos dos técnicos do que em reestudos de seus membros. Como enfatizado anteriormente, os conselheiros relatores ratificavam as justificativas e as escolhas proferidas pelas seções técnicas do órgão de preservação. No entanto, mesmo sendo minoria, houve alguns casos em que os relatores de processo não concordaram com as deliberações dos técnicos, tendo sido apresentado alguns deles.

Tais processos de tombamento apresentados indicam que o Conselho Consultivo do Sphan era, potencialmente, fórum de discussão e decisão. Todavia, apesar das

diversificadas formações presentes no conselho, os pareceres dos técnicos do órgão tinham importante peso nas deliberações dos conselheiros. Cabe indagar em que medida, apesar das diversificadas áreas de formação dos conselheiros, as concepções de patrimônio e de história eram diferentes daquelas difundidas e reproduzidas pelos arquitetos do Sphan. Ou seja, apesar da maior diversidade de formação encontrada no conselho, pode-se pensar que a busca por construções hegemônicas de concepção do patrimônio nacional era partilhada pelos intelectuais do Conselho, pois tais formas de entender o patrimônio envolviam não só concepções de arte e de arquitetura, como também de história.

Intelectuais no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB)

No IHGB, a maior parte dos intelectuais estudados ingressou como sócio efetivo, tendo alguns, com o passar dos anos, e de acordo com os serviços prestados ao instituto, mudado de classe. E, apesar dos assentos no IHGB não serem vitalícios, todos os intelectuais pesquisados permaneceram como sócios do IHGB até a morte.

O antropólogo Edgard Roquette-Pinto ingressou no instituto em 1913 como sócio correspondente, tendo passado à classe dos efetivos, e, no ano de seu falecimento, em 1954, ascenderia à classe de benemérito; Gustavo Barroso entra para o IHGB em 1931 como sócio efetivo, e, em 1956, passa à classe de sócio benemérito; Pedro Calmon ingressa no instituto em 1931 como sócio efetivo, ascendendo à classe de sócio benemérito em 1943, e a grande benemérito em 1958; Alcindo Sodré entra em 1939 como sócio correspondente e passa à classe de efetivo em 1943; Rodrigo Melo Franco de Andrade ingressa em 1943 como sócio efetivo, tendo permanecido nessa posição até sua morte, em 1969; Francisco Marques dos Santos entra em 1944 como sócio efetivo, não tendo alterada a sua posição até 1966; Américo Jacobina Lacombe ingressa como sócio efetivo em 1945, permanecendo nessa posição até 1966; Afonso Arinos toma posse na categoria de sócio efetivo em 1945, sem ter tido sua posição alterada até 1966; Paulo Santos ingressa em 1960 na classe de sócios efetivos, a qual não sofreu alteração até 1966; Gilberto Ferrez passa a fazer parte do instituto em 1961 na categoria de sócio honorário, tendo, em 1965, passado à classe de efetivo por conta de alterações nos estatutos de 1965; e, finalmente, Josué Montello ingressa em 1963 como sócio efetivo, permanecendo na mesma posição até 1966.

Todos os intelectuais estudados estiveram ligados, de algum modo, a cargos públicos oferecidos pelo Estado. Como bem ressalta Sergio Miceli, em sua obra *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, as recompensas pecuniárias por integrarem tais postos “(...) parecem desprezíveis se comparadas àquelas cujos lucros materiais e simbólicos derivam das

eleições para a Academia Brasileira de Letras e para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (...).³¹ Nota-se que, com exceção de Roquette-Pinto, Gustavo Barroso, Pedro Calmon, Alcindo Sodr e e Américo Jacobina, os demais intelectuais pesquisados ingressaram no IHGB após passarem a fazer parte do Conselho Consultivo do Sphan. Pode-se supor, portanto, que alguns intelectuais alcançaram maior visibilidade no campo intelectual por passarem a fazer parte do conselho do Sphan. De modo inverso, o conselho seria um receptor de prestígio e credibilidade quando intelectuais renomados foram indicados para integrá-lo. Desse modo, entende-se que alguns intelectuais, como aqueles que foram indicados para compor o IHGB após integrarem o conselho, conseguiram maior reconhecimento intelectual quando foram nomeados conselheiros do Sphan. Tal posição rendeu-lhes nomeações para outras instituições, como o IHGB. Nessa rede de intelectuais, os laços de amizade eram fundamentais, uma vez que os intelectuais considerados de maior prestígio iam incorporando, nomeando e integrando seus amigos nas instituições às quais pertenciam.

O IHGB era considerado, consoante Angela de Castro Gomes,³² como “um dos grandes lugares de consagração nacional”,³³ e, por isso, para pertencer ao instituto devia-se dominar minimamente os códigos compartilhados por aqueles considerados destacados intelectuais brasileiros. Ou seja, para ocupar determinadas posições consideradas de prestígio social, os intelectuais aspirantes a sócios deviam partilhar das regras e valores construídos socialmente dentro dos grupos. Portanto, entende-se que, além dos laços de amizade, as indicações e as nomeações tinham relação com o fato de os indicados serem considerados “adequados”, “ideais” para ocuparem determinados postos na burocracia estatal ou em reconhecidas instituições públicas ou privadas.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil como espaço de produção dos intelectuais

Os postos ocupados pelos intelectuais, além de conferir-lhes destaque, eram essenciais como espaços para suas produções intelectuais. Entre 1938 e 1966, a maior parte dos intelectuais estudados teve ao menos um artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, com exceção de Afonso Arinos e Paulo Santos. A maior parte do material analisado constitui-se de artigos produzidos especificamente para a revista, mas constam também conferências proferidas no IHGB ou em outras instituições, publicações de jornais, traduções de obras.

A maioria dos artigos trata do período imperial e de suas “grandes personalidades” ligadas à política e   intelectualidade do império brasileiro. Cabe notar que D. Pedro II e a

princesa Isabel foram personagens tratadas como tema principal de alguns artigos. O primeiro como homem culto e caridoso, preocupado com o desenvolvimento da educação e da saúde,³⁴ a segunda como igualmente bondosa, caridosa, santa, visto que foi, conforme ideia defendida nos artigos, a “Redentora” dos escravos.³⁵ Com exceção de Gilberto Ferrez, todos os intelectuais pesquisados escreveram artigos para a revista enfocando importantes estadistas que foram considerados essenciais para os rumos do Império do Brasil.³⁶

Ainda no IHGB do século XIX, conforme tratado por Manoel Salgado Guimarães,³⁷ a tradição do Iluminismo português foi utilizada como norteadora para escrita da história do Brasil. Sendo assim, a escrita da história nacional deu-se “(...) tanto pelo tratamento linear dado ao desenvolvimento da história, quanto por sua instrumentalização como ‘mestra da vida’”.³⁸ Desse modo, a história era constituída, segundo Maria da Glória Oliveira,³⁹ como “coleções de exemplos” do passado que seriam utilizados de forma educativa no presente. Interessados na compilação de biografias de brasileiros ilustres, marcados pelo “traço da excepcionalidade”, boa parte da escrita da história mostrava a preocupação em salvar do esquecimento os feitos dos grandes homens.⁴⁰

Ao mesmo tempo, consoante Guimarães, a escrita da história nacional empreendida pelo IHGB seria embasada em “pesquisas sistemáticas” e “metodologias adequadas”.⁴¹ Sendo assim, no século XIX, pode-se perceber dois modelos de história coexistindo dentro do instituto: a história relacionada ao Iluminismo e a história como disciplina do século XIX.⁴² Ademais, os historiadores clássicos eram frequentemente visitados como forma de utilizar o passado com vistas às decisões políticas no presente.⁴³ O historiador moderno transitaria, assim, entre os elementos antigos e modernos, não havendo um modelo institucional decidido previamente.⁴⁴ Portanto, no século XIX, os modelos de história antigo e moderno não se mostraram como concorrentes dentro do IHGB; muito pelo contrário, foram sendo reapropriados ao longo de várias décadas.

Marcando continuidades com a historiografia construída durante o século XIX, estas figuras ligadas ao império, retratadas nos artigos analisados, eram entendidas como exemplos para o presente e o futuro, seguindo o modelo de construção narrativa da história como mestra da vida.⁴⁵ As personalidades tratadas nos artigos analisados foram concebidas como aqueles que sacrificaram suas vidas por amor à pátria, e, por isso, deveriam ser exemplos e inspiração para o tempo presente e para a posteridade. Assim, tais representações da história mostram o cunho patriótico e pedagógico presente nesse modelo de escrita da história.

As personalidades do Brasil Império consubstanciavam inúmeras características positivas, na vida pública e privada, e, por isso, não foi incomum a utilização de frases de

exaltação a essas figuras. Josué Montello, tratando do centenário de Júlio de Mesquita, afirma que ele era “(...) o político, o estadista, o homem de ação, o professor de civismo, o patriota, o advogado, o administrador (...)”.⁴⁶ Pedro Calmon afirma ser o Marquês de Abrantes “(...) um operário da organização nacional, insisto, um daqueles estadistas responsáveis pela estrutura e pela plástica do regime livre deste país, um daqueles que deixaram na formação nacional as impressões digitais (...)”.⁴⁷

Conforme Angela de Castro Gomes,⁴⁸ nas primeiras décadas da República, o IHGB daria importância para reflexão da história como ciência. Nesse momento, a ciência era concebida como meio para o Brasil transformar-se em país moderno e civilizado. A preocupação em se escrever a história a partir de documentos “autênticos” esteve presente nos artigos analisados. O historiador Pedro Calmon trata os arquivos como locais que guardam a verdade. Tratando dos arquivos portugueses, Calmon afirma que estes guardam “tesouros” para história do Brasil, constituídos por “documentação idônea”.⁴⁹ Alcindo Sodrê utiliza-se da análise histórica para comprovar a autenticidade do Ponche de Solano López alocado no Museu Imperial.⁵⁰ A análise empreendida por Alcindo Sodrê relaciona-se com o alargamento da ideia de documento. Tal ideia também estava presente em passagem redigida por Américo Jacobina, quando se refere ao quantitativo documental deixado por Rui Barbosa e diz que a “(...) coleção depoimentos – e isso agora é história, meus senhores (...)”.⁵¹ Rodrigo Melo Franco de Andrade, comparando a desfiguração dos monumentos históricos com a destruição dos documentos textuais, afirma que aqueles são muitas vezes “(...) marcos mais importantes e expressivos da história pátria do que quaisquer outros”.⁵²

O material empírico utilizado pelos intelectuais para redação dos artigos da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* compõe-se de textos, cartas, poesias, depoimentos, objetos de museu, esculturas e pinturas. As pesquisas e o material empírico tinham relação com os cargos institucionais ocupados pelos intelectuais. Como exemplos, nota-se que os artigos, citados acima, de Alcindo Sodrê e de Américo Jacobina foram pensados e elaborados a partir do lugar institucional que ocupavam, sendo as fontes principais para os estudos empreendidos aquelas disponíveis no Museu Imperial e na Casa de Rui Barbosa.

Na ideia de história científica estava presente outro importante elemento presente nos artigos analisados: o progresso. A história moderna inaugura uma nova forma de conceber o tempo histórico e nela está implicada a noção de universalidade e unicidade do processo histórico. Agnes Heller assinala que este novo modelo inaugura a história como um “(...) projeto, uma ideia sobre o futuro da humanidade”.⁵³ Isto porque se elege uma “única lógica” para a história que será o fio condutor dos acontecimentos rumo ao progresso inevitável.⁵⁴

Nos artigos analisados, notou-se a utilização desta lógica como norteadora das narrativas construídas.

A inserção do Brasil na marcha do progresso foi frequentemente aproximada às raízes europeias, principalmente aquelas legadas pela colonização portuguesa — e ao desenvolvimento material —, como no artigo de Pedro Calmon, “Arquivos portugueses e história brasileira”, em que faz alusão às relações entre Brasil e Portugal, afirmando que “(...) os laços espirituais que nos unem à pátria da nossa pátria (...)”.⁵⁵ E, em seu discurso na sessão solene em homenagem ao presidente português Craveiro Lopes, discorrendo sobre o mesmo assunto, Pedro Calmon ressalta que “(...) Somos duas pátrias; mas realmente uma cultura. Somos duas soberanias; mas de fato uma civilização. (...)”.⁵⁶ O historiador Gustavo Barroso, no artigo “Capistrano de Abreu e a interpretação do Brasil”, faz a seguinte afirmação sobre a formação do povo brasileiro: “(...) sem exceção, uma virtude sobrenadava nesse caos espiritual, provinda naturalmente dos velhos troncos lusos, cujas raízes se aprofundam na Idade Média, o culto da honra pessoal, gerando as mais altas virtudes morais”.⁵⁷

Marcando mais uma continuidade com a historiografia do IHGB no século XIX, nos artigos analisados os autores clássicos foram com frequência visitados. Isto porque, conforme Rodrigo Melo Franco de Andrade, “(...) a antiguidade oferece-nos os modelos mais perfeitos (...)”⁵⁸ e, segundo Josué Montello, “a exemplo de Heitor, no poema de Homero, se alguém o aconselhasse a consultar os augúrios para saber o sentido de seu combate, ele teria respondido que o melhor de todos os augúrios é combater pela Pátria”.⁵⁹ Ou ainda “(...) devera ter recolhido em herança toda a profunda sabedoria das clássicas lições de Aristóteles pronunciadas sob o propício acolhimento das oliveiras de Atenas”.⁶⁰ E, seguindo Tácito, “a eloquência é filha da Liberdade, definição magistral de Tácito no ‘Diálogo sobre os oradores’, em que o grande historiador latino faz desfilar diante dos olhos da posteridade os grandes tributos da antiga Roma (...)”.⁶¹

Nos casos apresentados, mais do que usar os autores clássicos como argumento de autoridade — modo de apropriação dos clássicos na escrita da história ao longo do século XIX —,⁶² as referências a eles conferem *status* aos intelectuais, pois demonstram seus elevados graus de erudição quando referenciam esses autores.

Nos artigos analisados, além de citarem os autores da Antiguidade, esses intelectuais citavam-se uns aos outros. Pode-se pensar que nas vivências institucionais, nos fóruns de discussão, nos encontros após as reuniões iam sendo estabelecidas conexões, laços, interesses em comum, e também pontos de divergência. Assim, o IHGB foi mais um espaço de sociabilidade compartilhado pelos conselheiros do Conselho Consultivo do Sphan.

As instituições, para além de serem espaços de sociabilidade dos intelectuais, são lugares de perpetuar as representações de mundo individuais e do grupo ao qual se ligam. “(...) Assim sendo, as lutas simbólicas pela imposição de uma dada visão de mundo social são sempre lutas pela imposição de uma ‘fala’ ou ‘representação’ legítima, destinada a mostrar e fazer valer uma dada realidade (...)”.⁶³ Desse modo, os *espaços sociais* ocupados pelos intelectuais podem ser entendidos como lugares de legitimação de suas visões de mundo, pois tinham consciência da abrangência e difusão de seus discursos. Em suma, possuíam ciência dos importantes espaços institucionais ocupados, e se valiam disso. Por outro lado, tais instituições também obtinham ganhos com a presença de renomados intelectuais ocupando seus quadros. Ao fim e ao cabo, era uma via de mão dupla, em que todos saíam ganhando.

Considerações finais

Ao analisar a posição e a produção dos intelectuais pesquisados, nota-se que tanto o Conselho Consultivo do Sphan quanto o IHGB foram lugares de construção, defesa e perpetuação dos lugares sociais ocupados pelos intelectuais. Cabe notar que a maior parte dos cargos ocupados não correspondia a remunerações monetárias. Assim sendo, ao integrarem o Conselho Consultivo do Sphan e o IHGB, os intelectuais estudados desfrutavam de ganhos simbólicos, como prestígio, reconhecimento e distinção social. Tais ganhos durariam pela vida toda, pois a partir dos lugares sociais a que pertenciam eram incorporados, ou se incorporavam, às outras instituições políticas e/ou culturais reconhecidas.

No caso do Conselho Consultivo do Sphan, os intelectuais receberam convites do presidente da República ou do diretor do órgão de preservação, Rodrigo Melo Franco de Andrade, para participarem do fórum de discussão e deliberação sobre tombamentos. No IHGB, o ingresso partia, principalmente, de proposição requerida pelos futuros sócios. Para integrar o IHGB, o candidato deveria apresentar trabalho relevante na área de História, Geografia, Etnografia ou Arqueologia. Portanto, no Conselho Consultivo do Sphan os intelectuais ingressavam pelo “grau de especialização” que possuíam; ou seja, já eram figuras reconhecidas em suas áreas de atuação. No IHGB, os futuros sócios deveriam provar para a instituição que eram capazes e habilitados a integrar seus quadros.

Percebe-se que ambas instituições buscavam integrantes com trajetórias intelectuais já reconhecidas socialmente. Em outras palavras, o Conselho Consultivo do Sphan e o IHGB buscavam figuras renomadas no cenário político-social para integrarem seus postos; isto porque tais intelectuais somariam prestígio e credibilidade às instituições. De modo inverso, os intelectuais buscaram essas instituições tendo em vista a importância do pertencimento

para a perpetuação de suas visões de mundo. No Conselho Consultivo do Sphan, no IHGB e em outras instituições, os intelectuais estudados encontraram seus pares, dividindo, às vezes divergindo, histórias de vida, ideias de mundo e concepções de história. Nesse sentido, pertencer ao Conselho Consultivo do Sphan e ao IHGB moldaria não somente o lugar político-social ocupado por tais intelectuais, como também influenciaria em suas construções epistêmicas sobre patrimônio, arte, história e tantos outros temas.

Notas

¹ Após dirigir o órgão de preservação, em 1967, Rodrigo Melo Franco de Andrade integrou, por curto período, o Conselho Consultivo do Sphan, tendo falecido no ano de 1969.

² Atas do Conselho Consultivo do Sphan, 1938. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/atasConselho>. Acesso em: 14 Ago. 2021. Cabe notar que Rodrigo Melo Franco de Andrade certamente influenciou nas indicações do presidente da República. Para saber mais sobre a composição do Conselho Consultivo do Sphan durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ver AGUIAR, Leila Bianchi; SILVA NETO, Jamile da. “Legitimação e distinção: reflexões sobre a formação e a atuação do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938-1966)”. *Revista Tempos Históricos*, UniOeste, vol. 24, nº 1, 2020, p. 207-231.

³ Idem.

⁴ Estatutos IHGB. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 175. Rio de Janeiro, IHGB, 1940, p. 733-755.

⁵ BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 9ª ed., 2008, p. 18.

⁶ Para saber mais sobre o papel dos arquitetos dentro do Sphan, ver CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2009; FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Iphan, 3ª ed., 2009; RUBINO, Silvana. “O mapa do Brasil passado”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24. Rio de Janeiro: Iphan, 1996, p. 97-105; SANTOS, Mariza Veloso Motta. “Nasce a academia Sphan”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24. Rio de Janeiro: Iphan, 1996, p. 77-95.

⁷ Ao longo do período estudado, 33 intelectuais integraram o Conselho Consultivo do Sphan.

⁸ Américo Jacobina Lacombe afastou-se do cargo de diretor da Casa de Rui Barbosa em dois momentos: entre 1959 e 1960, para exercer o cargo de Secretário de Educação e Cultura do antigo Distrito Federal, e, entre 1962 e 1963, com a finalidade de dirigir a Casa do Brasil da Cidade Universitária de Paris. Thiers Martins Moreira e Eugênio Gomes ocuparam, nos dois períodos respectivamente, a direção da Casa de Rui Barbosa e, conseqüentemente, seu assento no Conselho Consultivo do Sphan.

⁹ Os processos, geralmente, constituíam-se da descrição dos bens propostos para tombamento, dos pareceres dos técnicos do órgão, do parecer do diretor do órgão, do parecer do conselheiro relator do caso em questão, bem como de artigo de jornais, fotografias, plantas, correspondências.

¹⁰ Arquivo Central do Iphan (ACI) - Processo de tombamento nº 0337-T-1944 (Igreja Matriz de São Sebastião, Bagé, Rio Grande do Sul).

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ Os livros são: GALANTI, Rafael *Compêndio de História do Brasil*. São Paulo: Typ. da Industrial de São Paulo, 1896-1905; POMBO, Rocha. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Fonseca Saraiva Editor (Vol. I-III); Benjamim de Aguiar Editor (Vol. IV-X), 1905-1917; BELLO, José Maria. *História da República, 1889-1954*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

¹⁴ Para entender a defesa da arquitetura colonial-barroca e moderna dentro do órgão de preservação, ver CHUVA, Márcia. “Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado”. *Topoi*, nº 7, v. 4. Rio de Janeiro, Jul.-Dez. 2003, p. 313-333; CHUVA, Márcia. Op. cit.; FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. cit.; GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-Iphan, 1996; RUBINO, Silvana. Op. cit.; SANTOS, Mariza. Op.cit.

¹⁵ ACI - Processo de tombamento nº 0614-T-1960 (bengala ou bastão oferecida à imagem do padroeiro da Igreja do Convento de Santo Antônio, Rio de Janeiro).

¹⁶ Idem.

¹⁷ Para saber mais sobre a atuação dos intelectuais no Conselho Consultivo do Sphan, ver AGUIAR, Leila Bianchi; SILVA NETO, Jamile da. Op. cit.

¹⁸ ACI - Processo de tombamento nº 0615-T-1960 (sede da Escola Nacional de Engenharia, Rio de Janeiro). Grifo do autor.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Paulo Santos usa exatamente essa expressão em seu parecer. Esse pode ter sido um dos motivos para o conselho deliberar pela inscrição do bem no Livro do Tombo das Belas Artes.

²² Esclarecimento de Paulo Santos quanto ao seu parecer encaminhado ao Conselho Consultivo do Sphan, processo de tombamento nº 0615-T-1960. Ao longo dos anos, foram sendo construídas pelos agentes do órgão de preservação hierarquias para os Livros do Tombo. Para saber sobre o assunto, ver CHUVA, Márcia. Op. cit., 2009.

²³ ACI - Processo de tombamento nº 0615-T-1960.

²⁴ ATAS. Op. cit., 29 dez. 1961. Atas do Conselho Consultivo do Sphan. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/atasConselho>. Acesso em: 14 Ago. 2021.

²⁵ ACI - Processo de tombamento nº 0440-T-1950 (Igreja do antigo Engenho Mataripe, Mataripe, Bahia).

²⁶ ATAS. Op. cit., 25 jun. 1964. Atas do Conselho Consultivo do Sphan. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/atasConselho>. Acesso em: 14 Ago. 2021.

²⁷ ACI - Processo de tombamento nº 0440-T-1950. Em busca no guia dos *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do IPHAN (1938-2009)*, não foi encontrada a inscrição da Igreja do antigo Engenho Mataripe. Portanto, não foi efetivado o tombamento da referida igreja. Cf. *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1938-2009*. 5ª Edição rev. e atual. [versão preliminar]. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ CODOC/ COPEDOC/ DAF, 2009.

²⁸ A transferência de relator está anexada ao ACI - Processo de tombamento nº 0361-T-1946 (casa Marechal Deodoro e Praça Severino de Rezende, São João del Rei, Minas Gerais).

²⁹ Idem.

³⁰ Cf. FONSECA, Maria Cecília Londres. “Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24. Rio de Janeiro: Iphan, 1996, p. 153-163; RABELLO, Sônia. “O ato de tombamento e seus requisitos”. In: *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Iphan, 2009, p. 53-74.

³¹ MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 148.

³² GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2009, p. 11.

³³ A partir da década de 1930, com a criação e expansão dos cursos das ciências humanas, o IHGB começa a concorrer com as narrativas históricas produzidas nas universidades. A partir desse momento, com relação à escrita da história, o IHGB perderá a hegemonia que desfrutara no século XIX e nas primeiras décadas do XX. Para saber mais sobre a trajetória de formação dos cursos universitários de História, ver FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a construção de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

-
- ³⁴ SANTOS, Francisco Marques dos. “Aspectos da primeira viagem dos imperadores do Brasil à Europa e ao Egito”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 188. Rio de Janeiro: IHGB, 1945, p. 55-91.
- ³⁵ CALMON, Pedro. “Vida e glória da princesa Isabel”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 192. Rio de Janeiro: IHGB, 1946, p. 96-109.
- ³⁶ A maioria absoluta desses grandes estadistas era homem. Com a exceção da figura da princesa Isabel, a única personalidade feminina contemplada como tema de artigos.
- ³⁷ GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, nº 1. Rio de Janeiro, 1988, p. 5-27.
- ³⁸ Idem, p. 14.
- ³⁹ OLIVEIRA, Maria da Glória. “O presente do passado nos exemplos da história”. In: OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 35-76.
- ⁴⁰ Idem, p. 54.
- ⁴¹ GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 53.
- ⁴² GUIMARÃES, Manoel Salgado.
- ⁴³ OLIVEIRA, Maria da Glória. Op. cit.
- ⁴⁴ ARAÚJO, Valdeci Lopes de. “Formas de ler e aprender com a história no Brasil joanino”. *Acervo*, v. 22, nº 1, Jan./Jun. 2009, p. 85-98.
- ⁴⁵ Para saber mais sobre a utilização da história como mestra da vida pelos sócios do IHGB no século XIX, ver: GUIMARÃES, Manoel Salgado. Op. cit., 1988.; TURIN, Rodrigo. “Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista”. *História da Historiografia*, nº 2, 2009, p. 12-28; OLIVEIRA, Maria da Glória. Op. cit.
- ⁴⁶ MONTELLO, Josué. “O centenário de Júlio Mesquita”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 257. Rio de Janeiro: IHGB, 1962, p. 78.
- ⁴⁷ CALMON, Pedro. “Marquês de Abrantes - vida e obra de um estadista do império”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 269. Rio de Janeiro: IHGB, 1965, p. 132.
- ⁴⁸ GOMES, Angela de Castro. Op. cit.
- ⁴⁹ CALMON, Pedro. “Arquivos portugueses e história brasileira”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 192. Rio de Janeiro: IHGB, 1946, p. 134.
- ⁵⁰ SODRÉ, Alcindo. “Solano Lopez, imperador”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 182. Rio de Janeiro: IHGB, 1944, p. 105-115.
- ⁵¹ LACOMBE, Américo Jacobina. “Rui e a história política do império e da república”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 205. Rio de Janeiro: IHGB, 1949, p. 25.
- ⁵² ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. “Araújo Porto-Alegre, precursor dos estudos de história da arte no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 184. Rio de Janeiro: IHGB, 1944, p. 132.
- ⁵³ HELLER, Agnes. “Introdução a uma teoria da história”. In: HELLER, Agnes. *Uma Teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 346.
- ⁵⁴ Idem.
- ⁵⁵ CALMON, Pedro. Op. cit., 1946, p. 136.

⁵⁶ CALMON, Pedro. “Discurso do professor Pedro Calmon na sessão solene em homenagem ao presidente Craveiro Lopes”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 236. Rio de Janeiro: IHGB, 1957, p. 205.

⁵⁷ BARROSO, Gustavo. “Capistrano de Abreu e a interpretação do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 221. Rio de Janeiro: IHGB, 1953, p. 94.

⁵⁸ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Op. cit.*, p. 122.

⁵⁹ MONTELLO, Josué. *Op. cit.*, p. 79.

⁶⁰ SODRÉ, Alcindo. “Um médico na monarquia”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 195. Rio de Janeiro: IHGB, Abr./Jun. 1947, p. 150.

⁶¹ BARROSO, Gustavo. “O cruzado da abolição - Nabuco, orador”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 204. Rio de Janeiro: IHGB, Out./Dez 1949, p. 321.

⁶² OLIVEIRA, Maria da Glória. *Op. cit.*

⁶³ MENDONÇA, Sônia Regina de. “Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania”. *Tempo*, v. 1. Rio de Janeiro, 1996, p. 76.